



**CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS – COPHAM  
17ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2021/2023**

1 **ATA DA DÉCIMA SETIMA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE**  
2 **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS, BIÊNIO**  
3 **2021 A 2023.** Aos dezenove dias, do mês de Outubro, do ano de 2022, às 14h,  
4 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na sala de Cinema do Centro Cultural  
5 Palácio da Justiça, sito Av. Eduardo Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901.  
6 Conforme convocação de 10/10/2022, encontra-se ser aberta a 17ª Sessão Ordinária  
7 do Conselho de Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Amazonas. Em virtude  
8 dos poderes investidos pelo artigo 3º do decreto Nº 25.978/06, assumiu a presidência  
9 o sr. **CÂNDIDO JEREMIAS CUMARÚ NETO** e como secretário para auxiliá-lo nos  
10 trabalhos o sr. **SÉRGIO CRUZ** da equipe de apoio, em face da ausência justificada da  
11 srta. **TAMIRIS LIMA**, secretária geral deste **COPHAM**. Convidou o **vice-presidente**  
12 **ABRAHIM BAZE** para também compor essa mesa diretora nos termos do regimento  
13 interno. Composta a mesa diretora, informou que o quórum de hoje será informado  
14 pelo secretário geral indicado para esta reunião. **EXPEDIENTE.** **Dr. Sérgio Cruz**  
15 informou que está em andamento o processo de substituição/nomeação do titular da  
16 cadeira do IPHAM, ficando o Sr. Manoel De Jesus Da Silva Pereira Em exercício até  
17 a posse do Sr. Mauro Augusto Dourado Menezes. Ainda estão aguardando resposta  
18 da ALEAM para agendar reunião sobre tombamentos, registros e salvaguardas,  
19 visando abrir um canal de comunicação para alinhar esses procedimentos.  
20 Possivelmente isso aí deve acontecer somente após a eleição, a eleição é daqui uma  
21 semana praticamente. **O conselheiro Yuri Almeida** confirmou ter conversado com o  
22 presidente da casa e informou que fará uma Sessão de Tempo em plenário, porém,  
23 somente após as eleições. Ainda nesta semana, ele agendará uma data e comunicará  
24 ao conselho por meio do grupo do WhatsApp. **Dr. Sérgio Cruz** orientou a marcação  
25 de um horário para realizar uma reunião fechada, inclusive com a participação dos  
26 membros da comissão. A proposta é iniciar com a definição de diretrizes gerais e,  
27 posteriormente, aprofundar em questões específicas. A escolha de começar com uma  
28 abordagem mais ampla ou detalhada dependerá do grupo. **O conselheiro Yuri**  
29 **Almeida** assegurou que alinhará adequadamente as ações e comunicará o conselho  
30 sobre os encaminhamentos. **Dr. Sérgio Cruz** informou que o Código de Ética ainda  
31 continua em formulação pela equipe de apoio, mas acredita que até a próxima reunião  
32 seja apresentada a primeira minuta. A minuta da normativa de uso de drones e  
33 similares nas proximidades dos patrimônios históricos será encaminhada ainda este  
34 mês para os membros darem a sua contribuição se necessário. Informou que,  
35 conforme o regimento interno, o mandato do vice-presidente já se encerrou, e hoje  
36 será realizada nova eleição. Reiterou que a Secretaria Geral está aguardando as  
37 recomendações de ajustes e contribuições a serem feitas pelos membros do conselho

38 à minuta da nova lei estadual para os bens materiais e imateriais do Amazonas.  
39 Informou que a membra Rosemara Staub, representante da UFAM, foi eleita como  
40 membro efetiva da Academia Amazonense de Música, onde ocupará a cadeira  
41 número 33, que tem como patrono o músico Klinger De Souza Araújo, e a posse será  
42 no dia 26/11. Passou as **PROPOSIÇÕES. O PRESIDENTE** inseriu dentro das  
43 proposições neste dia, o interesse, principalmente a questão dos drones. Ele tem  
44 recebido numerosas solicitações para filmagens próximas a patrimônios históricos,  
45 em especial o Teatro Amazonas, e considera de extrema importância avançar e tratar  
46 desse assunto com celeridade, uma vez que não há nenhum instrumento legal para  
47 autorizar ou regulamentar a responsabilidade do operador. Portanto, para resolver  
48 essa questão de forma ágil, o presidente abriu espaço para possíveis proposições dos  
49 conselheiros. Sem mais proposições, passou-se à discussão sobre a eleição para o  
50 cargo de vice-presidente do conselho. Informou que de acordo com o Regimento  
51 Interno, em seu artigo 18, o mandato do vice-presidente Abraham Baze chegou ao fim,  
52 tornando-se necessária a realização de uma nova eleição, uma vez que a recondução  
53 não é possível. Foi aberto o período de inscrições e votação. Na última reunião, foi  
54 aberto espaço para candidaturas à vice-presidência do conselho, mas até o momento  
55 não houve interesse por parte de ninguém. **O vice-presidente Abraham Baze** disse  
56 que para ser reconduzido, teria que ser reeleito novamente, mas o cargo está aberto,  
57 se tiver um proponente. **O PRESIDENTE** perguntou aos conselheiros do formato  
58 online, se alguém quer se candidatar à vice-presidência. **A conselheira Regina**  
59 **Lobato** sugeriu o representante do IPHAN, Manoel de Jesus. **O conselheiro Manoel**  
60 **de Jesus** agradeceu a sugestão da Dr<sup>a</sup> Regina, mas, como está na condição de  
61 suplente, estão providenciando o titular, não quer assumir essa responsabilidade pelo  
62 futuro ocupante da cadeira. É prudente também deixar em aberto. **O PRESIDENTE**  
63 respondeu que quando o superintendente substituto tomar posse, poderão sugeri-lo.  
64 **A conselheira Eneila Almeida** disse que não pode, está pedindo afastamento da  
65 UEA para estudo. Não havendo candidatos e em virtude do regimento não prever essa  
66 possibilidade, **O PRESIDENTE** determinou que o senhor **Abraham Baze** continue  
67 como vice-presidente interinamente até aparecer algum candidato à vaga. A previsão  
68 é abril e maio para fazer uma nova eleição. Com a vinda do superintendente substituto  
69 do IPHAN para o conselho, quem sabe poderão dar um empurrãozinho para sua  
70 candidatura. Continuando, apresentação parcial do relatório do processo do Ideal  
71 Clube pela conselheira Regina Lobato e a técnica do DPH Fernanda. Abriu voz ao  
72 plenário para quem quiser se pronunciar ou tirar dúvidas em seguida. **Fernanda Frota**  
73 informou que a Ficha de Cadastramento envolve a identificação, endereço, inclusive  
74 tem algumas dificuldades com relação a identificar quem é a pessoa responsável, uma  
75 vez que o antigo presidente faleceu. E, para fins de tombamento, é necessário que  
76 haja comunicação formal da associação, apesar de que esse processo foi iniciado em  
77 2011, então atualizou a ficha, fizeram uma pesquisa histórica e iconográfica ampliada  
78 que está revisada nesse material que todos os conselheiros receberam. E a parte  
79 técnica do departamento, que se ateve a projetos de arquitetura, estavam fazendo

80 inventário da planta baixa, corte, fachada do imóvel no estado atual, porém não trouxe  
81 para apresentar essas informações, só mesmo a parte escrita em que identifica ano  
82 de criação, modificações nas características arquitetônicas. Porém, sabe que os  
83 conselheiros receberam o processo original, e tem uma demanda para pedir para o  
84 jurídico correr atrás e verificar, que é aí na página 24 e 25, que são duas  
85 comunicações formais que a associação teve junto à secretaria por ocasião do  
86 processo original, em que eles pedem providências por parte da instituição depois que  
87 houvesse tombamento, deixando claro que qualquer reforma e restauro caberia ao  
88 Estado. Sabe que isso enquanto pessoa, não afeta em nada, enquanto técnica não  
89 afeta em nada, mas isso é claramente um ônus que o Estado assume logo de cara ao  
90 tomar as decisões de processo de tombamento e fica a critério, de que querem tomar  
91 ser pensado e pedir, encarecidamente, que os conselheiros que estão de posse das  
92 minutas pudessem se pronunciar, novamente reiterar o pedido de fazer a análise da  
93 minuta do projeto de lei para que, uma vez regulamentado, até o processo de  
94 tombamento dos imóveis futuros e dos que estão parados aguardando, possam  
95 tramitar com maior celeridade. **A conselheira Regina Lobato** relatou que já disse  
96 para Fernanda que vai morrer e não vai resolver. Todo mundo, às vezes pede o  
97 tombamento pensando que o Estado vai passar a ser o responsável. Ele não é o  
98 primeiro responsável, o responsável é o proprietário do imóvel, mas eles se usam  
99 disso e não fazem nada, esperando que o Governo faça. Mas também, se não tomar,  
100 eles vão se acabar. Então, a responsabilidade em primeiro lugar. O Estado e o  
101 Governo, as políticas públicas que resolvam, se vão conservar, quem é a prioridade  
102 de conservar ou não. Agora, essa normativa, não vão escapar, só quer é que  
103 endossem e sugiram alguma coisa, se vai mudar alguma coisa ou não. Pelo Brasil  
104 todo, no IPHAN, vira e mexe termina como o setor público o responsável em último  
105 caso. Se ficar pensando nisso, nem tomba, nem o governo conserva, e fica nisso.  
106 Informou que Fernanda Frota preocupa-se demais com isso. A falta regulamentadora  
107 não vai mudar isso, não existe outra forma, tem que estar presencialmente, marcar  
108 um dia, saber quem é o conselho de arquitetura e de patrimônio, do material,  
109 conversar, fazer uma mesa redonda, analisar um por um dos itens, ver se irão inovar,  
110 sugerir alguma coisa, para poder fechar essa roda. Senão, irão ficar nisso. **Dr. Sérgio**  
111 **Cruz** informou que cada membro recebeu a minuta da lei, o que a Fernanda está  
112 falando é que, pela antiga lei, não fica claro o que o tombamento vai fazer ou não  
113 com o imóvel. Então, o que ela tá sugerindo é que seja primeiro analisada essa  
114 questão, dê prioridade para lei, pelo menos porque a partir do momento em que  
115 aprovar a minuta, ainda vai ter que tramitar com o governador, ainda vai ter que  
116 tramitar com a assembleia, ainda vai passar por todo um crivo dos técnicos de outros  
117 setores, que podem tanto sugerir a retirada de algum artigo, como a inclusão de  
118 outros. Então, o que a Fernanda está comentando é que o andamento do Ideal, em  
119 virtude do que já tem lá de pedido, para que o Estado assuma a manutenção do  
120 imóvel, como a antiga lei, a lei vigente não prevê isso, a nova lei já deixa bem claro  
121 que o Estado não é o primeiro responsável pela manutenção, como a Dr<sup>a</sup> Regina falou.

122 **A conselheira Regina Lobato** pediu ajuda ao Dr. Sergio para programar, primeiro,  
123 separar o imaterial do material. Uma pessoa estuda, esses fazem no imaterial, e esses  
124 fazem no material. Faz duas rodas, marca um dia um, outro dia outro, e aí estuda item  
125 por item, vê o que pode inovar ou não inovar, acrescentar ou tirar, o que seja  
126 conveniente e seguro para daí passar para aprovar por assembleia, PGE, nem sei  
127 quem tantos dariam os seus palpites do que é possível para o Estado ou não. Acredita  
128 que essa seja uma maneira de agilizar, juntos, presencialmente, para poder ver se  
129 conseguia ir resolvendo e fechar. **O conselheiro Manuel de Jesus** fez um comentário  
130 geral a partir de sua experiência no IPHAN sobre as questões que envolvem o  
131 tombamento, destacando que na lei federal é claro que o proprietário é o primeiro  
132 responsável. Contudo, ao decidir tomar um bem, o Estado demonstra interesse em  
133 sua preservação, o que implica em certa responsabilidade por parte do Estado. Nesse  
134 sentido, o COPHAM possui questões legais a serem estudadas e segue como  
135 caminho adequado. Além disso, ao instruir os processos de tombamento e convocar  
136 os proprietários responsáveis, é essencial informar que não se trata apenas de  
137 delegar ao Estado a reforma ou o restauro, mas também de considerar outras formas  
138 de intervenção, como políticas públicas e programas de incentivo, para a restauração  
139 desses edifícios. Um exemplo mencionado foi o Teatro Amazonas e o sistema de  
140 combate a incêndio, que contou com o apoio do Fundo de Direito Difuso do Ministério  
141 Público Federal. Isso ilustra a contribuição de instituições para a preservação do  
142 patrimônio, não necessariamente por meio de fundos públicos, mas de recursos  
143 alternativos. Desse modo, é importante esclarecer a atuação da Secretaria de Cultura  
144 na inclusão dos imóveis em editais e na implementação de medidas para evitar abusos  
145 por parte dos proprietários, que possam interpretar o tombamento como uma  
146 oportunidade de transferir custos de manutenção para órgãos públicos. O conselheiro  
147 também mencionou o processo do Ideal, enfocando a questão dos bens integrados,  
148 como elementos históricos, mobiliário, retratos e quadros, que devem ser  
149 considerados e inventariados durante o processo de tombamento, apesar de não ter  
150 aprofundado nessa questão. **A conselheira Regina Lobato** informou que essa parte  
151 já tem como meta ser feito. **O vice-presidente Abrahim Baze** esclareceu que o Ideal  
152 vem sendo mantido pela Secretaria de Cultura a pelo menos uns 20 anos,  
153 aproximadamente, com um aluguel que a Secretaria paga para manutenção de  
154 funcionários. Os associados do Ideal, o que restou, na realidade a sociedade  
155 amazonense envelheceu, e os seus descendentes não assumiram o compromisso de  
156 dar continuidade na vida social do clube. O mesmo aconteceu no Rio Negro, por  
157 exemplo e no Nacional. Alguns se perderam, é o caso do Nacional, que tinha uma  
158 sede que não era dele, era do J.G. Araújo, o J.G. vendeu a sede e o Nacional saiu  
159 dali que era a sede da Saldanha Marinho. Hoje é uma loja imensa lá. O Nacional foi  
160 para Vila Municipal, conseguiu aquele terreno e ele não tem nada, a sua sede, hoje,  
161 é uma academia. O campo de futebol foi partido ao meio e foi alugado num comodato  
162 para um posto de gasolina. O Ideal não tem dinheiro, os associados não botam nada  
163 lá, nem o jogo está acontecendo mais lá. Então, ele já representa, para o Governo do

164 Estado, um elefante branco, através da Secretaria que paga um aluguel para mantê-  
165 lo em pé. Deixa muito claro que respondeu que aprovava, leu o que mandaram e  
166 disse que não tinha nada a acrescentar, foi a sua resposta na época, que concordava  
167 plenamente com aquela proposta. Agora, tem que ter esse cuidado, de deixar a  
168 responsabilidade da manutenção para o proprietário, o Estado entra numa  
169 emergência. Em seu ponto de vista, se o Estado for bancar todo patrimônio que ele  
170 tombar, aí não vai ter dinheiro que chegue. **O PRESIDENTE** explicou que o Ideal  
171 Clube não tem um sistema de combate a incêndio, é um exemplo. Hoje já consegue,  
172 através da própria Secretaria, implementar esse sistema de combate a incêndio com  
173 recursos do próprio Estado. Mas aí não vira uma obrigação, e sim uma parceria  
174 mesmo. Vê que é necessário, porque lá dentro tem o teatro, tem público ali, têm  
175 artistas, têm programações acontecendo todas as quintas, sextas, sábados e  
176 domingos, agora no Natal devem envolver mais o Ideal, está servindo de ensaios para  
177 companhias de teatro da capital. Então, hoje, o Ideal, a partir de uma manutenção  
178 feita na parte da cobertura, e com esse sistema de combate a incêndio que conseguirá  
179 agora o auto de vistoria do bombeiro, que é AVCB, deve colocar o Ideal aí para ser  
180 mais ainda utilizado pela classe artística e justificar o aporte financeiro. Hoje ele é  
181 mantido através de um contrato com a Agência, não é pela Secretaria é através da  
182 Agência, então esse contrato realmente já vem de longos tempos, mas tem interesse  
183 muito grande de continuar com o prédio e, claro, de fazer o tombamento, que acha  
184 que isso, de uma forma geral, vai ser muito importante até para o próprio prédio,  
185 porque não sabe até quando há um interesse do Estado em ficar com o imóvel. Então  
186 enquanto estiver com o Estado, acredita que estará sendo mantido, sendo ocupado,  
187 vai está fazendo as manutenções. Mas, em algum belo dia, o Estado não tem mais  
188 interesse, devolve esse prédio, os associados já não estão mais... e aí? Vai  
189 abandonar? Vai entregar? Então o caminho correto é esse, de tombar, de segurar o  
190 patrimônio material e, claro, se for o caso, fazer uma reunião mais técnica para se  
191 discutir esses pontos de forma presencial e ser mais objetivo, e avançar nessa  
192 questão para dar mais celeridade. **O vice-presidente Abraham Baze** citou o caso  
193 recente, do Atlético Rio Negro Clube, que tinha uma sede muito bonita, um palacete,  
194 um sobrado naquela rua ali da Biblioteca Pública, aquilo foi abandonado, porque era  
195 de uma família portuguesa, não tinha ninguém aqui. O Rio Negro saiu de lá porque  
196 inaugurou a sede em 1940 e aquilo ficou para o Governo, o Governo Federal demoliu,  
197 construiu a Casa do Estudante, com aquele terreno ao lado, aquilo foi invadido por  
198 moradores de rua, já há uns 10 anos têm pessoas morando lá, inclusive eles colocam  
199 cadeado com uma corrente, e até hoje a Universidade do Amazonas não teve força  
200 para tirar aquele povo de lá de dentro, pelo menos para recuperar, pintar e voltar a ser  
201 apoio dos estudantes. Se acontecer o abandono do Ideal, corre o risco de uma  
202 invasão. **O presidente** reportou que o Ministério Público é um órgão que os notifica,  
203 por exemplo: a SEC tem o poder, através de um contrato, de responder pelo Ideal.  
204 Mas o Ministério Público não vai atrás do proprietário, ele vai atrás do órgão estadual,  
205 federal. Estão aí de notificações, claro que não consegue esse recurso financeiro da

206 noite para o dia, mas está na SEC, na sede, desde 2020. Chegou a receber 5 (cinco)  
207 ofícios do Ministério Público, obrigando a fazer o auto de vistoria do corpo de  
208 bombeiros, o sistema de combate a incêndios, porque senão eles iam lacrar e  
209 responsabilizar o secretário e a SEC. Então ali há uma fiscalização muito grande,  
210 enfim, e com certeza pelos órgãos federais também, o próprio IPHAN tem essa  
211 parceria. Caso tenham alguma dúvida sobre o processo do Ideal, fica aberto para os  
212 pronunciamentos. **O conselheiro Carlos Flávio** informou que o CREA faz parte aí do  
213 patrimônio material e estão disponíveis semana que vem para fazer essa reunião  
214 presencial que foi proposta. Só não na próxima quarta-feira que estará em viagem,  
215 mas segunda e terça se for possível já entra aí na parte do patrimônio material para  
216 fazer essa avaliação se for possível. Se não tiver disponibilidade, vão se falando pelo  
217 WhatsApp para ver qual a data mais adequada para tentar encaixar a agenda  
218 presencial para fazer essas avaliações. O **PRESIDENTE** reforçou a proposta de  
219 marcar uma reunião na próxima semana, presencial, para se discutir, esse modelo é  
220 muito bom, muito importante, mas tem alguns assuntos que realmente precisa ser de  
221 forma presencial, discutir e bater. agendando pelo WhatsApp o que ficar melhor para  
222 todos. **Dr. Sérgio Cruz** complementou o comentário que foi feito aqui, em relação às  
223 situações de urgência, é para isso que existe o Fundo Estadual de Cultura. Ele é um  
224 dos pontos de apoio do Conselho de Patrimônio, porque que em uma situação de  
225 urgência, em virtude do engessamento necessário, a burocracia necessária em  
226 relação ao dinheiro público, a via que seria mais fácil de conseguir urgentemente a  
227 verba para uma situação dessas, é através do Fundo Estadual de Cultura. Então, ou  
228 seja, o conselho aqui recebe uma demanda de uma urgência de qualquer coisa, de  
229 um patrimônio histórico, daqui ele pode remeter já com um projeto, com tudinho, só  
230 para informar, pedir autorização do CONEC, que é o Conselho Estadual de Cultura,  
231 para que libere verba para aquele tipo de trabalho. Ou seja, tudo isso pode ser feito  
232 até mesmo através de reuniões extraordinárias. Então isso aí agilizaria muito qualquer  
233 urgência quando não se tem a verba necessária para poder atender uma demanda  
234 nesse sentido. **O PRESIDENTE** deu por encerrada a ordem do dia, abrindo a voz ao  
235 plenário para que as conselheiras, os conselheiros e as convidadas aqui presentes  
236 que queiram se pronunciar sobre o registro ou outros assuntos gerais de interesse do  
237 conselho, mas sem caráter deliberativo. Estão abertas as inscrições. Sem mais  
238 manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeceu a presença de todos e  
239 deu por encerrada esta 17ª sessão ordinária, pedindo ainda que seja providenciada  
240 as determinações feitas nesta sessão e a ata, a qual será encaminhada a minuta aos  
241 conselheiros para leitura para aprovação no expediente das próximas reuniões, com  
242 posterior encaminhamento para arquivamento na secretaria geral do conselho do  
243 COPHAM visando o devido registro. A próxima reunião será 16 de Novembro e  
244 Dezembro finaliza o ano. Sugeriu fazer um encontro especial em Dezembro, um  
245 encontro de confraternização, um encontro de bater aí todos os méritos do que andou  
246 durante esse ano, fazer uma retrospectiva, e quem sabe trazer as pautas pendentes  
247 para o ano de 2023, já pensando nesse planejamento, do que irá trabalhar no próximo

248 ano. Fica aqui também o seu carinho e admiração a todos, acredita que em Novembro  
249 estará por aqui ainda dando continuidade. Deu por encerrada, mas se alguém quiser  
250 falar, fica à vontade. **O vice-presidente Abrahim Baze** agradeceu a gentileza do  
251 doutor Sérgio nesse manuseio do estatuto, está à disposição, a hora que aparecer um  
252 candidato passará essa coroa para outro, porque de fato a sua ideia aqui é contribuir,  
253 somar sempre, dividir nunca. **O conselheiro Carlos Flávio** ressaltou que o Dr.  
254 Abrahim não soma, ele multiplica, um cara 100%. **O presidente** agradeceu a  
255 presença de todos e pediu que os presentes de forma online abram a câmera para  
256 fazer o registro fotográfico da reunião.

**CÂNDIDO JEREMIAS CUMARÚ NETO**

Presidente – 17ª Sessão Plenária  
Ordinária

**SÉRGIO CRUZ**

Secretário Geral – 17ª Sessão Plenária  
Ordinária

**LISTA DE PRESENÇA**

**DE FORMA PRESENCIAL:**

1. Manoel de Jesus da Silva Pereira – Representante em exercício do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN);
2. Regina Maria Lopes Pereira Lobato – Representante Titular do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – (DPH/SEC);
3. Abrahim Sena Baze – Vice-presidente do COPHAM e representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – (IGHA);

**DE FORMA REMOTA:**

4. Eneila Almeida dos Santos – Representante Titular da Universidade do Estado do Amazonas - (UEA);
5. Carlos Flávio Wallace da Silva – Representante Titular do Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – (CREA/AM);
6. Yuri de Almeida Silva – Representante Titular da Comissão de Cultura - (ALEAM)
7. Jordânia Damasceno Galdino – Representante Titular em exercício do Conselho Estadual de Cultura – (CONEC);

**CONVIDADOS:**

8. Fernanda da Silva Frota – Arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – (DPH/SEC);

**AUSÊNCIA JUSTIFICADA:**

9. Rosemara Staub de Barros – Representante Titular da Universidade Federal do Amazonas - (UFAM)



10. Ruy Silvio Lima de Mendonça - Representante Titular da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – (AMAZONASTUR)
11. Marcos Paulo Cereto - Representante Titular do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Amazonas (IAB-AM)

**AUSÊNCIA:**

12. Wellisson Brito Batista – Representante Titular do Conselho Estadual de Cultura – (CONEC)

**EQUIPE COPHAN:** Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Symone Farias – Técnica Administrativa; Jennyfer Balbi – Assistente Administrativa; Vanuza Santos – Assistente Administrativa; Letícia Britto – Estagiária.

